



## Guilherme Theodoro Gusson

Doutorando em Relações Internacionais Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, Unicamp, PUC-SP), com pesquisa financiada pela FAPESP (Processo 24/09093-6).

## DA GUERRA (REVOLUCIONÁRIA): A INFLUÊNCIA DE CLAUSEWITZ NAS ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DA REVOLUÇÃO – UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO NAXALITA

## ON (REVOLUTIONARY) WAR: CLAUSEWITZ'S INFLUENCE ON THE STRATEGIES AND TACTICS OF REVOLUTION – AN ANALYSIS OF THE NAXALITE MOVEMENT

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é compreender os princípios que fundamentam a guerra revolucionária, analisando como as ideias de Clausewitz influenciaram as concepções políticas, estratégicas e táticas da revolução. Seguindo a lógica clausewitziana da guerra como continuação da política, analisar-se-á a guerra revolucionária como a manifestação violenta das relações políticas entre a classe dominante e a subalterna, enquadrando-a, portanto, como uma intersecção entre teoria da guerra e a teoria da luta de classes. Ademais, argumenta-se que a guerra revolucionária se aproxima do conceito de guerra absoluta em razão de seu objetivo de aniquilação total do inimigo de classe. Por fim, utiliza-se o Movimento Naxalita na Índia como estudo de caso para demonstrar de forma empírica as ideias aqui desenvolvidas. A escolha deste caso se justifica pela longevidade da insurgência, suas grandes proporções e pela ampla negligência da literatura especializada em sua análise, além da relevância do conflito para a compreensão das dinâmicas revolucionárias contemporâneas.

**Palavras-chave:** Clausewitz; guerra; guerra revolucionária; Movimento Naxalita.

**ABSTRACT:** The objective of this article is to understand the principles that underlie revolutionary war, analyzing how Clausewitz's ideas influenced the political, strategic, and tactical conceptions of the revolution. Following the Clausewitzian logic of war as a continuation of politics, revolutionary war will be analyzed as the violent manifestation of political relations between the ruling and subordinate classes, thus framing it as an intersection between the theory of war and the theory of class struggle. Furthermore, it is argued that revolutionary war is close to the concept of absolute war due to its objective of total annihilation of the class enemy. Finally, the Naxalite Movement in India will be used as a case study to empirically demonstrate the ideas developed here. The choice of this case is justified by the prolonged nature of the insurgency, its large proportions, and the wide neglect of its analysis in the specialized literature, in addition to the relevance of the conflict in the comprehension of contemporary revolutionary dynamics.

**Keywords:** Clausewitz; war; revolutionary warfare; Naxalite Movement.

## 1 Introdução

A guerra é tão antiga quanto a própria humanidade e vem acompanhando-a inexoravelmente desde suas origens. Inevitavelmente, ao longo da história, houve incontáveis tentativas de compreender o fenômeno bélico em sua totalidade. Em meio à vasta literatura, a concepção mais influente continua sendo a do general prussiano Carl von Clausewitz (2018, p. 91), segundo a qual a guerra é um “instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios”.

Originalmente esta definição tratava de um conflito regular entre Estados soberanos. Contudo, como aponta Mei (2018, p. 560) – adaptando expressão cunhada por Clausewitz – “a guerra é não apenas um camaleão, mas um camaleão que jamais se banha no mesmo rio”. Ao longo da história, o conceito tradicional de guerra se diluiu em meio a um ambiente propício para o surgimento e ascensão de uma miríade de movimentos e atores não-estatais que desempenham papel significativo no sistema internacional.

Neste contexto, podemos destacar as insurgências como “uma das formas de guerra não convencional que mais ameaçou os Estados modernos” (Azevedo, 2015, p. 31). Sem dúvidas, a insurgência se tornou um instrumento poderosíssimo nas mãos de grupos revolucionários em suas lutas armadas, levando os principais teóricos da revolução a trabalhar incansavelmente nas estratégias e táticas para levar a cabo sua luta. Ao examinarmos este tema, o que vemos em comum nas ações revolucionárias é a forte presença da teoria clausewitziana da guerra, sobretudo sua análise do povo em armas.

Não obstante, os estudos sobre a revolução parecem deixar de lado as ideias do general prussiano, tornando imperativo lembrar o questionamento feito por Aron (1973, p. 52): “Por que razão Clausewitz, organizador e teórico da guerra popular, foi esquecido durante tanto tempo?”. *Da Guerra* é certamente um dos maiores tratados teóricos sobre o tema, esmiuçando atentamente seus mais diversos aspectos, de maneira que suas ideias ecoaram por inúmeros conflitos que estavam por vir. Isso apenas reforça a importância e a contemporaneidade dos clássicos, bem como a necessidade de uma leitura renovada de suas ideias.

Mediante isso, chega-se ao objetivo deste artigo: compreender os princípios que fundamentam a guerra revolucionária, analisando como as ideias de Clausewitz influenciaram as concepções políticas, estratégicas e táticas da revolução. Para isso, seguiremos a lógica clausewitziana da guerra como continuação da política e analisaremos a guerra revolucionária como a manifestação violenta das relações políticas entre a classe dominante e a subalterna,

representando a mais aguda tentativa de ruptura do *status quo*. Assim, enquadramos a guerra revolucionária como uma “intersecção entre teoria da guerra e a teoria da luta de classes” (Saint-Pierre, 1997b, p. 31).

Por fim, utilizaremos o Movimento Naxalita na Índia como estudo de caso para demonstrar de forma empírica as ideias desenvolvidas ao longo do texto. A escolha de tal caso se deve à longevidade do movimento, iniciado em 1967 e que perdura até hoje, além de ter sido uma das maiores e mais violentas insurreições ocorridas no Sul Asiático, embora profundamente negligenciada pela literatura ocidental.

A relevância deste artigo se destaca em razão da obra de Clausewitz ser um dos maiores tratados teóricos sobre a guerra, analisando em profundidade os seus mais diversos aspectos. De maneira que suas ideias ecoaram por inúmeros conflitos posteriores, o que reforça a importância e a contemporaneidade dos clássicos, bem como a necessidade de uma leitura renovada de suas ideias.

## 2 Da guerra revolucionária, seus fins políticos e objetivos estratégicos

Ao longo da história da polemologia, diversas foram as tipologias e escopos teóricos utilizados para a definição dos diferentes caracteres da guerra. De maneira geral, podemos defini-la como um “confronto violento entre dois grupos politicamente organizados” (Mei, 2018, p. 542). Partindo desta premissa, implica-se que, por se tratar de unidades políticas, existem relações – também políticas – entre ambas. Tais relações podem se expressar de forma pacífica, pela via diplomática, ou, quando uma das unidades passa a representar uma ameaça à existência da outra, tornam-se relações de inimizade, cuja expressão máxima é a violência, ou seja, a guerra (Saint-Pierre, 2000).

Entramos então na clássica concepção da guerra, desenvolvida por Clausewitz, segundo a qual o Estado, movido por uma motivação política, utiliza-se da violência para impor suas vontades e interesses ao inimigo. A guerra é, portanto, um “instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios” (Clausewitz, 2018, p. 91). E justamente por decorrer de uma situação política e ter motivações e fins políticos, a lógica da guerra está subordinada à lógica política – ou seja, o exército não age de maneira independente, mas segue as ordens do Estado (Aron, 1986; Mei, 2018). É a política, pois, quem determina qual o meio para atingir seus interesses, se pelo meio pacífico da diplomacia ou pela violência da guerra.

Além disso, “a política não apenas decide quando passar da diplomacia para a guerra, mas também quando negociar seu fim, assim como quais serão os meios empregados e até que ponto” (Saint-Pierre, 2000, p. 59). Dessa maneira, mesmo assumindo a forma de guerra, as relações entre ambas as unidades não deixarão de ser políticas, apenas estarão amparadas diretamente nas relações de força (Saint-Pierre, 1997b).

Esta definição clausewitziana de guerra, embora tratasse originalmente de conflitos travados entre Estados soberanos, não necessariamente se restringe à esfera interestatal. A guerra, naturalmente, pode ocorrer dentro do território que compreende o Estado, sendo considerada, então, uma guerra civil.

Segundo Weber (2015), o Estado seria a unidade política que possui o monopólio legítimo da violência em um determinado território, e com isso, é capaz de aplicar um ordenamento jurídico dentro deste território. A guerra civil, destarte, seria um conflito que se desenvolve dentro de um Estado onde esta unidade política não existe e há uma disputa pelo monopólio da violência. Neste contexto, quando o que está em jogo é a composição de classes que detêm o poder – isto é, temos como fundamento do conflito a agudização da luta de classes (Saint-Pierre, 1997b) –, temos, por fim, *a guerra revolucionária*.

Seguindo a lógica desenvolvida por Saint-Pierre (2000), nesse tipo de luta é possível encontrar três elementos fundamentais, a saber: 1) a existência de classes sociais antagônicas; 2) a agudização das desigualdades entre elas e 3) a violência como principal forma de relação entre ambas. Dessa maneira, a partir desses elementos constitutivos, é possível definir a guerra revolucionária como “*o conflito no qual as classes exploradas procuram por meio da luta armada o desequilíbrio das relações de forças para estabelecer uma situação de igualdade que acabe com as classes sociais*” Saint-Pierre (2000, p. 28, grifos do autor).

O que vemos, a partir dessas reflexões, é a lógica clausewitziana aplicada à revolução: a guerra revolucionária é, pois, a continuação de uma política revolucionária. Isto é, a manifestação violenta das relações políticas entre a classe dominante e a subalterna. Nesta esteira de pensamento, Lênin, um dos mais proeminentes pensadores revolucionários, reconhece as ideias do general e concilia a teoria marxista da luta de classes à teoria clausewitziana da guerra ao elaborar sua concepção estratégica de como a revolução deveria ser empreendida (Arguelhes, Alves, 2020; Saint-Pierre, 1997b; Schmitt, 2008). Colocando o reconhecimento da existência de classes sociais como fundamento da guerra, Lênin diz que

seria totalmente errado esquecer que *qualquer guerra não é mais do que a continuação da política por outros meios*; a actual guerra imperialista é a continuação da política imperialista [...]. Mas esta mesma época deve

necessariamente gerar e alimentar também a política de luta contra a opressão nacional e de luta do proletariado contra a burguesia e, por isso, a possibilidade e a inevitabilidade, em primeiro lugar, das insurreições e guerras revolucionárias nacionais [...] (Lénine, 2006, grifos meus).

Para nos aprofundarmos nesta análise, é necessário antes elucidar os dois tipos de guerra delineados por Clausewitz (2018): a guerra absoluta e a guerra real. O primeiro trata-se de um conflito que existiria apenas como conceito abstrato que auxiliaria o tratamento teórico do fenômeno bélico. Esta seria uma guerra caracterizada pelo livre choque de forças, que não obedece a nenhuma lei que não às suas próprias e que, para chegar ao fim político de imposição de sua vontade, poderia recorrer ao uso máximo de força para a aniquilação total do inimigo.<sup>1</sup> As guerras reais, por sua vez, seriam aquelas que ocorrem no plano empírico, isto é, as que de fato existem. Nelas operam forças limitadoras, impedindo a aniquilação total e possibilitando chegar ao fim político através de uma paz negociada, por exemplo – afinal, uma vez que a guerra serve à política, ela serve como meio de restauração da paz (Aron, 1986; Passos, 2012).

A partir desta linha de raciocínio, como proposto por Passos (2006, 2012), tendo em vista que a guerra segue a lógica da política, pode-se delimitar, da mesma forma, a existência de uma política real e uma política absoluta – das quais apenas esta última nos interessa. Tal como homônimo bélico, a política absoluta consistiria na própria essência das relações políticas, uma ideia abstrata que nunca de fato se concretizou – nunca senão no momento revolucionário. Isso ocorre porque tanto a guerra quanto a política não podem ser compreendidas como fenômenos dotados de um resultado final. Seus objetivos, isto é, a conquista e consolidação do poder, implicam em um permanente conflito que nunca terá, *de facto*, um desfecho último. Destarte, a política absoluta seria “aquela ação política em que a luta pelo poder alcançou um patamar último, definitivo, um resultado final” em que “um dos lados em luta impôs sua vontade ao inimigo sem qualquer possibilidade de reversão de tal quadro” (Passos, 2012, p. 157).

Dentro dessa perspectiva, o apogeu da ação política – a política absoluta – seria a revolução. Neste momento, os interesses opostos, as diferentes concepções de mundo e as hostilidades envolvendo ambos os lados da luta atingiriam seu ápice. Sua concretização significaria a destruição do aparato estatal e a imposição completa de sua vontade, ou seja, a instauração de uma nova ordem política (Passos, 2006, 2012). Assim, valendo-se dessa ideia

---

<sup>1</sup> Chamo atenção aqui para o fato de que “aniquilação” não significa dizimar as forças inimigas, mas sim retirar suas capacidades de resistência e sua vontade de continuar lutando (Clausewitz, 2018) – afinal, se não há capacidade de luta, não há ameaça, e sem ameaça, não há mais inimigos (Saint-Pierre, 1997b, 2000).

– e levando em conta todo o entusiasmo e vigor revolucionários, bem como o esforço absoluto para a consecução de seus objetivos –, pode-se entender que *a guerra revolucionária, através da política absoluta, aproxima-se do fenômeno da guerra absoluta.*<sup>2</sup>

Vemos isso pois, diferentemente das guerras reais clausewitzianas, “na guerra revolucionária o objetivo só pode ser o aniquilamento total do inimigo” (Saint-Pierre, 1997b, p. 39). Partindo da fórmula weberiana de Estado como uma unidade política que possui o monopólio legítimo da violência (Weber, 2015), seria impossível a existência de “duas fontes antagônicas de poder armado” dentro de um Estado – o que contraria a própria definição de monopólio (Saint-Pierre, 2000, p. 77). Lênin mesmo afirmou que “num Estado *não podem existir* dois poderes. Um deles tem de ser reduzido a nada” (Lénine, 2009, grifos do autor).

Além disso, para Lênin, “somente a guerra revolucionária é a guerra verdadeira, pois emana da *inimizade absoluta*” (Schmitt, 2008, p. 200, grifos meus). Perante tal inimizade absoluta, pode-se questionar: existe, então, um inimigo absoluto? Para Lênin, não há dúvidas que sim; o inimigo de classe – bem como sua ordem social – é o inimigo absoluto (Schmitt, 2008). Consequentemente, a ação revolucionária deve ser voltada à aniquilação do inimigo de classe. Em outras palavras, o fim político da revolução seria tão somente a eliminação do Estado e a consequente supressão das classes sociais. Em decorrência disso, o objetivo estratégico deve consistir em criar condições para a realização de tal fim: “destruir os mecanismos de manutenção da ordem injusta” (Saint-Pierre, 1997b, p. 39), isto é, retirar da classe dominante seu poder militar e, portanto, sua capacidade de resistir – ou, nos termos de Clausewitz (2018), aniquilar o inimigo.

A interpretação do líder bolchevique, portanto, corrobora o ponto aqui construído. Diferentemente da interpretação majoritária, a guerra absoluta não significaria a negação da esfera política, mas sim “a destruição do inimigo como condição de vida para o vitorioso”, de modo que “Para os planos leninistas, a guerra revolucionária seria a aplicação da guerra absoluta na realidade factual” (Arguelhes, Alves, 2020, p. 248). Como sintetizado por Lênin (2011, p. 74): “essas palavras – ‘quebrar a máquina burocrática e militar do Estado’ – condensam a grande lição do marxismo a propósito do papel do proletariado revolucionário com relação ao Estado”.

Em suma, mediante as reflexões propostas, vê-se que as ideias do general prussiano exerceram grande influência sobre o pensamento revolucionário em relação à própria concepção da guerra revolucionária como intersecção entre a teoria da guerra e a teoria da luta

<sup>2</sup> É interessante aqui ressaltar o apontamento de Lênin, em suas anotações sobre o texto de Clausewitz, de que “a guerra absoluta depende, também, das massas” (Arguelhes, Alves, 2020, p. 247).

de classes, do mesmo modo que fornece um aparato de interpretação do fenômeno revolucionário no que diz respeito às ideias de política absoluta trabalhadas acima. Porém, indo mais a fundo no campo de batalha, para além dos âmbitos político e estratégico da revolução, vemos que o aspecto tático também foi profundamente trabalhado por Clausewitz e suas ideias ressoaram nas ações revolucionárias – tema trabalhado a seguir.

### 3 O povo em armas: as táticas da guerra popular

Ainda no começo do século XIX, Napoleão Bonaparte varria a Europa com seu moderno aparato militar, conquistando territórios e preocupando os demais líderes europeus. No entanto, uma nova forma de luta emergiu na Espanha e chamou a atenção de militares e estrategistas por resistir às investidas dos exércitos napoleônicos. Com o exército espanhol derrotado, a população civil pegou em armas e passou a hostilizar as tropas francesas em um tipo de combate sem frentes fixas. A partir desse momento, quando pela primeira vez o povo enfrentou um exército moderno, abriu-se espaço para o desenvolvimento de novos conceitos e teorias bélicas que modificariam completamente a face dos estudos e da prática da guerra (Schmitt, 2008).<sup>3</sup>

Clausewitz (2018, p. 568) analisou este fenômeno da revolta popular – intitulando-a de povo em armas – como sendo “simplesmente um outro meio da guerra [...] uma consequência da maneira pela qual as barreiras convencionais foram devastadas [...] pela enorme violência da guerra”. Segundo o autor, conflitos dessa natureza não podem ser comprimidos no espaço e no tempo: quanto maior a área de contato entre os insurgentes e as forças inimigas, “mais espaçadamente estas últimas terão que ser distribuídas e maior será o efeito de uma revolta geral”; e é necessário tempo para que a insurreição seja eficaz, pois “como brasas ardendo lentamente sem chamas, ela consome as bases essenciais das forças inimigas” (Clausewitz, 2018, p. 569).

Para além disso, Clausewitz enumera cinco condições essenciais para que o movimento tenha sucesso:

1. A guerra deve ser travada no interior do país.

---

<sup>3</sup> Aqui faz-se necessário uma importante ressalva: nem toda guerrilha – ou movimento insurreccional – é revolucionária. Embora seja comum equacionar tais conceitos, deve-se deixar claro que a guerrilha é meramente de uma tática, que pode ser utilizada tanto a serviço de uma política revolucionária, quanto de uma contra-revolucionária – no caso das guerrilhas espanholas, trata-se de um movimento nacionalista que lutava contra a invasão dos exércitos napoleônicos. Portanto, em última instância, a guerrilha é apenas um meio para alcançar um fim, um objetivo político. Como frisado por Saint-Pierre (2000, p. 69), fazendo valer a máxima clausewitziana, “o que caracteriza a guerra não são os meios, mas a política a cujos objetivos aquela serve”.

2. Não deve ser decidida através de um único golpe.
3. O teatro de operações deve ser razoavelmente grande.
4. O caráter nacional deve condizer com este tipo de guerra.
5. O terreno deve ser acidentado e inacessível, devido à existência de montanhas, florestas, pântanos ou aos métodos locais de plantio (Clausewitz, 2018, p. 569).

Embora estas considerações táticas e estratégicas se refiram aos movimentos de defesa nacional contra um exército invasor, ao esmiuçá-las se torna evidente muitas das características elaboradas e assumidas posteriormente pelas guerras revolucionárias.

A primeira das condições diz respeito ao local onde os conflitos devem se desenvolver. As zonas rurais do país oferecem terrenos mais acidentados, com florestas densas, áreas montanhosas e infraestrutura precária, o que impõe grandes obstáculos ao exército regular estatal, que enfrentará dificuldades em se locomover e dificilmente conseguirá montar alojamentos adequados e, mais importante, ficarão em uma posição vulnerável. Estes terrenos são ideais para a realização de emboscadas, ataques surpresa e uma rápida retirada das pequenas tropas rebeldes; como destacado por Clausewitz (2018, p. 570) “o elemento de resistência existirá em todos os lugares e em lugar nenhum”.

A segunda condição trata da grande desigualdade de forças entre as tropas rebeldes e o exército estatal. Em decorrência dessa disparidade, é preciso evitar a todo custo um confronto direto. As linhas revolucionárias devem optar por investidas frequentes e dispersas, em uma estratégia de golpear e fugir, desaparecendo em meio ao terreno e à população simpática e aparecendo novamente para atacar, desgastando o exército estatal ao longo do tempo. Como dito pelo general, diferentemente de um pelotão de soldados, os camponeses “se espalharão e desaparecerão em todas as direções sem precisar de um plano especial para fazer isto” (Clausewitz, 2018, p. 570).

A terceira condição se refere à ausência de frentes fixas que o exército popular deve assumir. Para isso, pequenos núcleos de combatentes devem se espalhar por um vasto território, obrigando o inimigo a penetrar profundamente no interior do país e, assim, a dividir suas tropas, separando-as das linhas de abastecimento e as tornando vulneráveis aos ataques.

Clausewitz adverte:

Uma revolta geral, como vemos, deve ser nebulosa e evasiva. A sua resistência nunca deve materializar-se como um organismo concreto, senão o inimigo pode dirigir uma força suficiente contra o seu núcleo, esmagá-lo e fazer muitos prisioneiros. [...] Por outro lado, deve haver uma certa concentração em determinados pontos: o nevoeiro deve tornar-se mais espesso e formar uma nuvem escura e ameaçadora da qual um raio pode atacar a qualquer momento (Clausewitz, 2018, p. 571).

A quarta condição, o caráter nacional, diz respeito ao povo, suas crenças políticas e sua capacidade de continuar resistindo. “Na medida em que a causa que promove a guerra seja, para o povo, justa [...] a guerra terá fôlego para continuar ardendo” (Saint-Pierre, 2000, p. 154). Nas palavras de Clausewitz (2018, p. 571), “a coragem e o desejo de lutar aumentarão, bem como a tensão, até atingir o clímax que determina o resultado final”.

Por fim, a quinta condição, tal como a primeira, faz referência à localização geográfica do teatro de operações. Terrenos acidentados e de difícil acesso formam uma espécie de trincheira natural, ideais para encontrar esconderijos, elaborar de armadilhas, realizar ataques surpresas ou simplesmente descansar em locais seguros (Clausewitz, 2018; Saint-Pierre, 2000).

Todos esses elementos trabalhados pelo general prussiano tornam-se evidentes quando nos debruçamos sobre as características das insurgências contemporâneas e as táticas por elas utilizadas – sendo a guerrilha o modo de combate mais extensivamente utilizado nas lutas armadas.

Carl Schmitt (2008) fez um aprofundado estudo sobre a guerrilha, destacando quatro principais elementos que caracterizam o guerrilheiro e suas ações no campo de batalha, a saber: 1) a irregularidade: diferentemente de um exército regular, os guerrilheiros não possuem elementos identificadores, como uniformes, distintivos e o porte ostensivo de armas, o que os permite se misturar em meio a população civil e confundir o inimigo; 2) a mobilidade tática, decorrente de seus números reduzidos e uso de armas pequenas, conferindo grande agilidade para se movimentar e possibilitando a execução da estratégia de golpear e fugir; 3) o compromisso político, que fica evidente na própria definição de seus objetivos: como apontado por Che Guevara (2004, p. 89, tradução minha, grifos meus), a guerrilha é “um método para atingir um fim. Esse objetivo, indispensável, inevitável para todo revolucionário, é a *conquista do poder político*”; e, por fim, o 4) caráter telúrico: o guerrilheiro luta dentro de seu próprio território, a fim de proteger sua terra – essa ligação com o solo e sua população autóctone conferiu profundidade ao campo de batalha, pois a guerra deixou de ser travada em um campo de batalha aberto e migrou para as entranhas do país.

Ademais, para que isso seja possível, o apoio da população é fundamental. Além de defender as mesmas causas, a população proporciona ainda suporte logístico à guerrilha, fornecendo-lhe aprovisionamentos, abrigo e seu sigilo, necessário para que o guerrilheiro se misture entre as pessoas comuns (Saint-Pierre, 2000). A ligação com o povo e com a terra que

defendem, portanto, possibilita que os guerrilheiros conquistem apoio da população, crucial para o curso da revolução.

A ressonância das condições de Clausewitz (2018) para o sucesso do povo em armas é patente nos quatro elementos trabalhados por Schmitt (2008) um século depois: levar os conflitos para o interior do país, a fim de tirar vantagem de seu conhecimento do território, impor obstáculos às linhas regulares do inimigo – agora dispersas – e ainda preparar emboscadas e ataques surpresas, aproveitando-se de sua alta mobilidade. Esses elementos são essenciais especialmente quando se leva em consideração a desigualdade de forças, que impede a existência de frentes fixas de combate. Fazendo valer o caráter telúrico e ao compromisso político, Clausewitz argumenta que as medidas tomadas pelos combatentes devem corresponder ao caráter nacional, a fim de que a causa permaneça justa para o povo, permitindo que a guerra mantenha seu ímpeto para continuar.

Foi Mao Tsé-tung, no entanto, que levou a teoria da guerra popular ao seu ápice. Seguindo sua teoria de onipotência da guerra (Mao, 2013a) – isto é, que guerra e política são indissociáveis –, Mao subverte a fórmula de Clausewitz e diz que “a política é guerra sem derramamento de sangue, e a guerra é a política sangrenta” (Mao, 2013b). Crendo, pois, que a luta armada era o único caminho possível para conquistar a independência e igualdade, o grande timoneiro se tornou um dos maiores expoentes e estrategistas da guerra revolucionária.

Tendo plena consciência de que suas unidades de guerrilha não eram fortes o suficiente para um combate aberto contra o exército chinês, Mao se recusou a entrar em confrontos diretos. Pensando nisso, criou e pôs em prática a sua “retirada estratégica” – manobra militar que veio a ser conhecida na história como Longa Marcha. Para ele, defender posições fixas era algo irrelevante, de modo que se o combate fosse desfavorável em determinado momento, as tropas logo se retiravam do local (Saint-Pierre, 1997a; Visacro, 2009).

Mais de um século antes, Clausewitz não somente havia discorrido sobre a transferência da guerra para o interior do país como também sobre os métodos de resistência. Para o general, a retirada teria o propósito de “enfraquecer o atacante a um ponto tal que se possa esperar que ele cesse o seu avanço por conta própria, ou que, pelo menos, fique fraco demais para superar a resistência que finalmente terá que enfrentar” (Clausewitz, 2018, p. 445).

Ademais, a retirada estratégica de Mao era um meio de desenvolver a Guerra Popular Prolongada (GPP). Alinhando-se à ideia de Clausewitz (2018, p. 569) de que conflitos dessa natureza não podem ser comprimidos no espaço e no tempo, na GPP, em razão da disparidade

de forças entre o inimigo e o exército revolucionário, procura-se realizar uma luta armada de longo prazo, evitando a decisão pelo combate e visando, no curso do tempo, desgastar o inimigo e aumentar a própria capacidade militar através da mobilização do povo (Mao, 2013b).

Tratando do valor tático da guerrilha para a revolução, destaca-se seu papel de desestabilizar o inimigo, sabotando e desgastando suas tropas, além de abalar moralmente seus soldados (Saint-Pierre, 2000; Visacro, 2009). Assim, as pequenas vitórias cotidianas levantarão o espírito dos combatentes, ao passo que terão um efeito devastador nas tropas estatais. Se por um lado, “as chamas da insurreição serão insufladas por estes pequenos destacamentos” e “a coragem e o desejo de lutar aumentarão” (Clausewitz, 2018, p. 571), por outro, os soldados inimigos passarão a “duvidar da vitória fácil sobre o povo mal armado [e] a vacilar sobre seu compromisso com uma causa que não sentem como própria” (Saint-Pierre, 2000, p. 126).

Contudo, embora seja parte fundamental do processo revolucionário, não se pode esperar que a vitória seja conquistada pelos pequenos batalhões guerrilheiros. Diz Mao (2013b) que “o papel estratégico da guerra de guerrilhas é duplo: apoiar a guerra regular e transformar-se em guerra regular”. Já Che Guevara (2004, p. 12, tradução minha) afirma que a guerrilha “não tem por si só oportunidades de alcançar a vitória”, de modo que precisa se desenvolver em exército regular e apenas nesse momento “estará pronto para desferir golpes definitivos no inimigo e reivindicar a vitória”.

Novamente, a voz de Clausewitz se faz ouvir. Um século antes, ele advertiu sobre a necessidade do apoio de um exército regular na retaguarda dos rebeldes em uma insurreição: “Sem estas tropas regulares para fornecer estímulo, normalmente faltará aos habitantes locais a confiança e a iniciativa para pegarem em armas” (Clausewitz, 2018, p. 571).

Por fim, ainda que o dispositivo guerrilheiro possa infligir danos consideráveis às forças de repressão, esquivando-se dos contragolpes por meio de sua grande mobilidade, o planejamento é a mais crucial tarefa da guerrilha. Esperar pelo momento mais oportuno a fim de mitigar quaisquer riscos é vital para determinar se o movimento alcançará seus objetivos ou irá amargar o fracasso. Lembrando da máxima de Clausewitz:

Não importa o quanto um povo seja valente, o quanto as suas tradições sejam guerreiras, o quanto seja grande o ódio pelo inimigo, o quanto seja favorável o terreno em que ele luta, o fato continua sendo que uma revolta nacional não pode manter-se onde a atmosfera estiver excessivamente cheia de perigos. Portanto, se o seu combustível tiver que ser utilizado para atiçar uma grande conflagração, isto deve ser feito a uma certa distância, onde exista ar suficiente e onde a revolta não possa ser abafada através de um único golpe (Clausewitz, 2018, p. 571).

## 4 O Movimento Naxalita

Historicamente, populações rurais e castas mais baixas da sociedade indiana, sobretudo *dalits* e *adivasis*,<sup>4</sup> enfrentam condições sociais extremamente precárias e são amplamente negligenciados pelo governo. Além disso, foram vítimas de uma espécie de sistema feudal – o sistema de *zamindar* – que lhes tirou suas pequenas propriedades e os afundou em dívidas (Ahlawat, 2021; Ranzan, 2015). Mediante essas circunstâncias, movimentos de resistência camponeses – muitos deles organizados por partidos comunistas – surgiram no interior da Índia para lutar por maiores direitos para as populações rurais.

Em 1967, na pequena aldeia de Naxalbari, em Bengala Ocidental, o assassinato de um camponês por um latifundiário foi o estopim de intensas movimentações. Kanu Sanyal e Charu Majumdar, líderes do Partido Comunista da Índia (Marxista) – dissidentes mais radicais do Partidos Comunista da Índia e alinhados com o movimento comunista chinês –, organizaram um grupo de camponeses revoltados, que invadiram celeiros de proprietários locais, apoderaram-se da produção de arroz e queimaram os registros de suas dívidas pendentes (Rawat, 2019; Ahlawat, 2021). A escalada das hostilidades deu origem a um conflito que repercutiria por todo o país.

O confronto com as forças de segurança durou 72 dias, e o episódio tomou grandes proporções quando seus líderes, insatisfeitos com o caminho eleitoral defendido pelas demais lideranças dos partidos comunistas, anunciaram que aquela luta não reivindicava apenas a terra, mas o próprio poder do Estado (Ranzan, 2015, p. 33-35). Assim, com essa revolta em Naxalbari – que serviria de influência para muitos outros distúrbios que se espalhariam pela Índia nos anos seguintes –, nascia o Movimento Naxalita.<sup>5</sup>

Guiados por Majumdar, os naxalitas seguiam os ideais revolucionários de Mao Tsé-tung, descartando completamente as vias eleitorais – consideradas inúteis e corrompidas – e considerando a luta armada como único caminho possível. Nos anos seguintes, a luta se expandiu por diversos estados. No entanto, seus planos ruíram quando Majumdar foi capturado e morto em 1972. Após sua morte, o movimento se fragmentou em razão de divergências ideológicas e táticas, e acabou arrefecendo (Ranzan, 2015).

---

<sup>4</sup> Os *dalits* compõem o mais baixo escalão no sistema de castas indianos, considerados intocáveis ou impuros. Ao passo que “*adivasi*” designa a vasta população tribal autóctone da Índia.

<sup>5</sup> O termo “naxalita” advém de Naxalbari e é utilizado como termo guarda-chuva para denominar todos os grupos de cunho maoísta da Índia.

Já na década de 1990, quando a Índia passava por reformas econômicas liberais, o movimento voltou a se inflamar. Assim, ao defender os direitos dos povos tribais e a preservação das florestas, vítimas da exploração de multinacionais em busca de recursos naturais, os naxalitas voltaram aos holofotes e ganharam considerável apoio popular (Ranzan, 2015). Nesse contexto, os diversos grupos naxalitas passaram a dialogar e negociar meios de fazer ressurgir o movimento. Dessas negociações, no início dos anos 2000, resultaria a união das principais organizações naxalitas para a fundação do Partido Comunista da Índia (Maoísta) – PCI (Maoísta) –, em 2004.

A criação do Partido representou o ressurgimento do naxalismo e sua entrada em uma nova fase em termos de organização para a luta revolucionária na Índia, deixando para trás um ciclo interminável de cisões entre alas divergentes (A Historical [...], 2019; Chakrabarty, Kujur, 2010). Seu objetivo continuou o mesmo: derrubar a democracia indiana em favor de um regime comunista e levar justiça aos oprimidos e à população tribal – a qual tem sido negligenciada justiça social, econômica e política por anos (Sharma, Behera, 2014, p. 115).

Como num incêndio, as chamas naxalitas se espalharam pela Índia, criando o chamado Corredor Vermelho, de norte a sul do país com uma área de mais 92 mil km<sup>2</sup>, indo da fronteira com o Nepal até o litoral sudoeste. Entre 2006 e 2010, estimava-se que seus quadros estavam presentes em cerca de 40% do território nacional, isto é, uma área afetada cuja população era de aproximadamente 400 milhões de pessoas (Chakrabarty, Kujur, 2010; Lovell, 2019),<sup>6</sup> configurando-se, portanto, como uma das maiores insurreições do mundo. Os naxalitas até mesmo receberam apoio internacional, sobretudo da China e do Paquistão, seja através do fornecimento de armas e munição, financiamento ou treinamento dos guerrilheiros (Ahlawat, 2021).

A violência provocada pelos conflitos envolvendo a guerrilha naxalita chegou a níveis alarmantes, causando imensa preocupação às autoridades. Em 2006, o então Primeiro-Ministro Manmohan Singh chegou a declarar que “não seria exagero dizer que o problema do naxalismo é o maior desafio de segurança interna já enfrentado pelo nosso país” (Singh, 2006, tradução minha). A nova fase do movimento atingiu seu apogeu entre 2009 e 2010, quando os naxalitas consolidaram seu domínio em muitos distritos e as agitações provocadas por eles foram mais intensas, causando vasta destruição de infraestruturas e atingindo o pico da onda de violência – resultando, consequentemente, em um alto número de mortes (Ahluwalia, 2012; Ahlawat, 2021).

<sup>6</sup> Esses números levam em consideração a população total dos distritos nos quais os maoistas atuam, ou seja, se alguma vila ou distrito relata a presença de naxalitas, toda sua população é considerada afetada.

Este pequeno apogeu, todavia, logo entrou em declínio. Ainda em junho de 2009, o PCI (Maoísta) foi considerado um grupo terrorista pelo governo nacional, o que permitiu o endurecimento da repressão policial (Kujur, 2009). Meses depois, em novembro, foi lançada a Operação *Green Hunt*, uma operação de contrainsurgência que reuniu cerca de cem mil agentes militares e paramilitares para reprimir a rebelião. O desenrolar da operação envolveu inúmeras controvérsias como reações desproporcionais, prisões arbitrárias, execuções sumárias, estupros e diversas outras denúncias de violação de direitos humanos (Fernández, 2020). Apesar disso, posteriormente, o governo passou a implementar medidas mais assertivas, indo além da esfera militar e realizando também projetos desenvolvimentistas que visam o bem-estar social da população *adivasi*, minando, assim, a legitimidade e o apoio aos rebeldes (Ahlawat, 2021; IISS, 2020; Krishnan, 2023).

Ao longo dos anos, os principais líderes naxalitas acabaram sendo mortos, presos ou se renderam, e cisões internas voltaram a abalar o Partido. Consequentemente, o movimento passou a sofrer deserções de guerrilheiros que perderam a confiança e atualmente enfrenta uma crise de recrutamento (Krishnan, 2023). Além disso, a falta de organização, o envolvimento com atividades ilegais – como sequestros, mineração ilegal e exploração florestal – e o uso de violência indiscriminada os afastaram da população cujos direitos eles se comprometeram a defender, o que acabou por enfraquecer o movimento.

Não obstante, embora atualmente o naxalismo possa ter perdido a força de outrora, o movimento foi, por muitos anos, considerado uma das insurgências mais violentas do Sul Asiático, sendo responsável mais de 11 mil mortes, entre civis e militares, apenas nas últimas duas décadas (South Asia Terrorism Portal, 2025). Portanto, ainda que se encontre em uma situação de debilidade, seria prematuro dar o naxalismo como derrotado ou em vias de se extinguir, haja vista que o mesmo aconteceu décadas atrás e, anos depois, o movimento ressurgiu ainda mais forte. Os rebeldes atualmente buscam meios de superar este contexto adverso e, assim, reavivar a chama revolucionária e reconquistar sua legitimidade e apoio popular, exigindo um olhar atento das forças de segurança indianas.

## 5 A influência de Clausewitz nas estratégias e táticas naxalitas

Talvez seja demasiadamente pretensioso supor que os estrategas naxalitas fizeram uma análise sofisticada da obra de Clausewitz. Entretanto, é notório que suas ideias de fato estão presentes nas ações do movimento, como analisaremos a seguir. Em verdade, as ideias do general prussiano chegaram aos naxalitas de maneira indireta, sobretudo através de Mao

Tsé-tung – haja vista que o programa do PCI (Maoísta) é quase uma reprodução do que Mao elaborou em seus escritos, apenas com algumas modificações.<sup>7</sup>

Quiçá o ponto mais evidente desta análise seja na ideia de guerra como continuação da política. O naxalismo é, essencialmente, um movimento revolucionário que busca transformar a estrutura política e socioeconômica da Índia através da luta armada. Consequentemente, a guerra revolucionária por eles empreendida é considerada um instrumento político cujo objetivo é destruir o domínio das elites e estabelecer um regime comunista que levará justiça ao povo. Portanto, tal como argumenta Clausewitz, a guerra não é um fim em si mesma, mas sim um meio para alcançar um objetivo político.

Ademais, é possível observarmos a ideia de política absoluta: uma ação política que se desenvolve em um momento de apogeu das divergências de interesses, concepções de mundo e hostilidades entre ambos os lados da luta. Disso emerge a inimizade absoluta com o inimigo de classe, de modo que não pode haver uma paz negociada, apenas sua aniquilação total. Isso se torna ainda mais patente ao lembrarmos que o objetivo último da guerra revolucionária é a tomada de poder, e, levando em consideração o princípio de monopólio da violência, seria impossível a existência de uma outra fonte de poder estatal – restando, portanto, apenas a aniquilação do inimigo como única alternativa.

Perante isso, vemos uma vez mais a concepção de guerra revolucionária se aproximar da ideia de guerra absoluta de Clausewitz. Os naxalitas não buscam apenas reformar o Estado indiano, mas sim destruí-lo completamente, “derrubar os três principais inimigos do povo indiano [o imperialismo, o capitalismo burocrático e o feudalismo] a fim de estabelecer uma nova Índia democrática.” (CPI (Maoist), 2004, tradução minha). Isso implica que não há espaços para concessões. Em nenhum momento ao longo da história do Movimento Naxalita houve algum sinal de disposição para selar qualquer tipo de acordo com o governo. Sobretudo com a formação do PCI (Maoísta), que passou a trabalhar incessantemente para reprimir quaisquer revisionismos, os naxalitas mantêm sua fé inabalável na máxima maoísta de que “o poder político vem do fuzil” (Mao, 2002, p. 53). Isso, por sua vez, reforça a noção de política absoluta e de um antagonismo intransponível, como descrito por Passos (2006; 2012).

Por fim, na frente militar, a tese clausewitziana do povo em armas é evidente. Como descrito nos documentos naxalitas, a estratégia seguida é a Guerra Popular Prolongada

---

<sup>7</sup> Segundo documentos naxalitas – que ditam as diretrizes para o desenvolvimento da revolução na Índia –, a escolha do modelo revolucionário chinês é justificada porque este “também é aplicável na Índia semicolonial e semifeudal devido às semelhanças básicas nas condições entre a Índia e a China pré-revolucionária” (CPI (Maoist), 2004, tradução nossa).

enunciada por Mao (CPI (Maoist), 2004). Através dela, busca-se protelar o combate decisivo a fim de, no curso do tempo, desgastar as tropas inimigas tanto pelos constantes ataques das forças revolucionárias quanto pelas intempéries climáticas e geográficas. Segundo os naxalitas,

Este fator sublinha a necessidade de travar a nossa guerra revolucionária a partir dos elos mais fracos do domínio inimigo – as vastas extensões do interior atrasado da Índia. Também nos adverte [...] para usarmos as táticas da guerra de guerrilha [...] aprofundando a luta armada em áreas cada vez mais amplas e aproveitando da melhor forma o terreno favorável nas regiões estratégicas do campo (CPI (Maoist), 2004, tradução nossa).

Tal estratégia evidencia as condições consideradas por Clausewitz (2018) como essenciais para o sucesso da guerra popular: levar a guerra para as entradas do país, buscando deixar o exército inimigo disperso e vulnerável a ataques surpresas e às condições adversas – tudo isso em um teatro de operações vasto. Ademais, não decidir a guerra em um único golpe, em razão da disparidade de forças. Enfim, é necessário que a guerra condiga com o caráter nacional, isto é, a causa deve gerar empatia no povo a fim de que seja possível angariar apoio popular – elemento fundamental para a revolução. E para isso, a guerrilha, ao mesmo tempo em que combate, realiza os trabalhos de doutrinação.

## 6 Considerações finais

Ao buscarmos compreender os fundamentos da guerra revolucionária, é natural recorrer aos seus principais teóricos, tais quais Lenin e Mao Tsé-tung, por exemplo – como de fato foi feito nas seções anteriores. Entretanto, faz-se necessário retomarmos o questionamento de Aron (1973, p. 52): “Por que razão Clausewitz, organizador e teórico da guerra popular, foi esquecido durante tanto tempo?”. Como vimos, os escritos do general prussiano se mostram um dos maiores tratados teóricos sobre a guerra e suas ideias ecoaram por inúmeros conflitos posteriores. Assim, reconhecendo a importância e a contemporaneidade dos clássicos, bem como a necessidade de uma leitura renovada de suas ideias, este artigo buscou analisar como as ideias de Clausewitz influenciaram as concepções políticas, estratégicas e táticas da revolução.

Em decorrência do escopo da pesquisa, enveredamo-nos por um caminho militarista da revolução, discorrendo sobre guerra revolucionária e a forma como esta se mostra uma intersecção entre a teoria da luta de classes e a teoria da guerra, e, com isso, amalgamando

aspectos clássicos do fenômeno bélico tais como desenvolvidos por Clausewitz e os trabalhos de teóricos revolucionários.

A partir das reflexões propostas, pudemos chegar a dois pontos centrais da aplicação da lógica clausewitziana à guerra revolucionária. Primeiramente, como ponto mais basilar, como qualquer outra guerra, a guerra revolucionária é a continuação de uma política revolucionária: não podendo ser um fim em si mesma, a guerra se submete aos desígnios e à lógica política; ela é, portanto, a manifestação violenta das relações políticas entre a classe dominante e a subalterna. Em segundo lugar, chegamos à ideia de que a revolução é fruto de uma política absoluta, de modo que, por consequência, a guerra revolucionária é um conflito que se aproxima de uma guerra absoluta.

A fim de elucidar eventuais questionamentos sobre este último ponto, ressalta-se que a análise feita trata a guerra revolucionária apenas como uma *aproximação* da guerra absoluta. Clausewitz (2018) mesmo argumenta que a guerra absoluta é apenas um conceito teórico que não pode se realizar empiricamente. Na realidade concreta, uma série de fatores atuam sobre guerra, impondo restrições ao desenvolvimento dos conflitos, tais como capacidades militares e logísticas, resistência imposta pelo inimigo, apoio popular e o moral dos combatentes. Portanto, é impossível haver *de facto* uma guerra absoluta. No que diz respeito à guerra revolucionária, sua aproximação ao absoluto clausewitziano diz respeito apenas ao fato de não ser uma guerra passível de negociações de paz, de modo que só pode acabar quando o inimigo estiver completamente aniquilado – e aqui reforço mais uma vez a ideia de aniquilação como sinônimo não de destruição total, mas sim retirada da capacidade e da vontade do inimigo de continuar lutando.

Por último, para demonstrar empiricamente as ideias aqui desenvolvidas, utilizei o caso do Movimento Naxalita, na Índia, iniciado em 1967 e que perdura até hoje. Esta escolha se deve não somente à sua longevidade, mas também ao fato de ser uma das maiores e mais violentas insurreições ocorridas no Sul Asiático, ceifando milhares de vidas em seu curso. Não obstante suas proporções, o naxalismo continua a ser profundamente negligenciado pela literatura, sobretudo ocidental, e carece de análises mais aprofundadas a fim de ser compreendido em toda sua complexidade.

## Referências

**A HISTORICAL introduction to Naxalism in India.** European Foundation for South Asian Studies. Amsterdam. 2019 Disponível em:

<https://www.efsas.org/Historical%20Introduction%20Naxalites%20PDF.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.

AHLAWAT, Dalbir. **Naxal insurgency in India: Genesis, ideological precepts, and security challenges**, 80-99. In: IZARALI, M. Raymond; AHLAWAT, Dalbir (ed.). *Terrorism, Security and Development in South Asia: National, Regional and Global Implications*. Routledge. 2021.

AHLUWALIA, V.K. **Strategy and Tactics of the Indian Maoists: An Analysis**. Strategic Analysis, vol. 36, n. 5. 723-734. 2012

ARGUELHES, D. O.; ALVES, V. C. **A urgência da leitura: Da guerra, de Clausewitz, no bloco de notas de Lênin**. *Revista Brasileira De Estudos De Defesa*, v. 6, n. 2. 20202. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75167>. Acesso em: 08 mar. 2025.

ARON, Raymond. **Clausewitz e a Guerra Popular**. A Defesa Nacional, n. 649, v. 59. 1973. Disponível em: <https://ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/8336>. Acesso em: 28 jan. 2025.

ARON, Raymond. **Os Meios e os Fins**. In: ARON, Raymond. *Pensar a Guerra, Clausewitz*. Editora UnB, 1986. p. 151-173.

AZEVEDO, Christian Vianna de. **Operações de Contrainsurgência: debates e desafios à luz dos acontecimentos no Afeganistão após 2001**. Orientador: Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa. 2015. 214 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Relinternac\\_AzevedoCV\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Relinternac_AzevedoCV_1.pdf). Acesso em: 03 jul. 2023.

CHAKRABARTY, Bidyut; KUJUR, Rajat Kumar. **Maoism in India: Reincarnation of ultra-left wing extremism in the twenty-first century**. New York: Routledge. 2010.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. [S.l.: s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.amigosdamarinha.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Da-Guerra-Carl-Von-Clausewitz.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

CPI (MAOIST). **Strategy & Tactics of the Indian Revolution**. 2004. Disponível em: [FERNÁNDEZ, Adolfo Naya. \*\*Operation “Green Hunt” in India: Social Practices of the Genocidal Counter-Insurgency Strategy “Hearts and Minds”\*\*. Foreign Languages Press. 2020. Disponível em: <https://foreignlanguages.press/wp-content/uploads/2021/01/N08-Operation-Green-Hunt.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023](https://www.satp.org/document/paper-acts-and-ordinances/strategy--tactics-of-the-indian-revolution--central-committee-(p-cpi-(maoist. Acesso em: 14 fev. 2025.</a></p></div><div data-bbox=)

GUEVARA, Ernesto. **Obras Escogidas**. Santiago de Chile: CEME – Centro de Estudios Miguel Enríquez - Archivo Chile. 2004. Disponível em: [https://www.archivochile.com/America\\_latina/Doc\\_paises\\_al/Cuba/Escritos\\_del\\_Che/escritos\\_delche0088.pdf](https://www.archivochile.com/America_latina/Doc_paises_al/Cuba/Escritos_del_Che/escritos_delche0088.pdf). Acesso em: 08 jan. 2024

GUSSON, Guilherme Theodoro. **A Revolução na Índia: o Movimento Naxalita, suas estratégias, táticas e conexões internacionais.** Orientador: Giuliano Contento de Oliveira. 2024. 240 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/18fe9b66-4a08-4cfe-89d1-e902ff98cb4b>. Acesso em: 18 fev. 2025.

IISS. **The Armed Conflict Survey.** International Institute For Strategic Studies. London: Routledge. 2020.

KRISHNAN, Murali. **Why has Maoist violence subsided in India?** Deutsche Welle. Nova Déli. 01 mai. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/en/why-has-maoist-violence-subsided-in-india/a-64292819?maca=en-rss-en-asia-5133-xml-atom>. Acesso em: 05 jul. 2023.

KUJUR, R. K. **Banning the Naxalites: What Next.** Institute of Peace and Conflict Studies. 2009. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep09012>. Acesso em: 05 jul. 2024.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução.** Campinas: Faculdade de Educação/Unicamp – Navegando Publicações. 2011. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estado-revolucao.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2024.

LÉNINE, V. I. **As Tarefas do Proletariado na Nossa Revolução.** Obras Escolhidas em Três Tomos, 1978. Edições Avante! - Lisboa, Edições Progresso - Moscovo. In: Marxists Internet Archive. 2009. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/04/23.htm>. Acesso em: 07 jan. 2024.

LÉNINE, V. I. **O Programa Militar da Revolução Proletária.** Obras Escolhidas em Três Tomos, 1977, Edições Avante! - Lisboa, Edições Progresso - Moscovo. In: Marxists Internet Archive. 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/09/programa.htm>. Acesso em: 07 jan. 2024.

LOVELL, Julia. **Maoism: A Global History.** New York: Ed. Vintage Books, Penguin Random House LLC. 2019.

MAO TSÉ-TUNG. **O Livro Vermelho: Citações do Comandante Mao Tsé-tung.** São Paulo: Ed. Martin Claret. 2002.

MAO TSÉ-TUNG. **Problemas da Guerra e da Estratégia.** Obras Escolhidas de Mao Tse-tung, Pequim, Tomo II, pág: 357-384. In: Marxists Internet Archive. 2013a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1938/11/06.htm>. Acesso em: 13 jan. 2024.

MAO TSÉ-TUNG. **Sobre a Guerra Prolongada.** Obras Escolhidas de Mao Tsé-tung, Pequim, Tomo II, p.: 169-317. In: Marxists Internet Archive. 2013b. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1938/05/prolongada.htm>. Acesso em: 13 jul. 2023.

MEI, Eduardo. **Guerra.** In: SAINT-PIERRE, Héctor; VITELLI, Marina (Orgs.). Dicionário de Segurança e Defesa. São Paulo: Editora da Unesp, 2018. [p. 542-564]. Disponível em:

[https://repositorio.comillas.edu/xmlui/bitstream/handle/11531/35338/SAINT-PIERRE%20&%20VITELLI%20\(2018\)%20Dicionario%20Seguranca%20Defesa.pdf?sequence=-1](https://repositorio.comillas.edu/xmlui/bitstream/handle/11531/35338/SAINT-PIERRE%20&%20VITELLI%20(2018)%20Dicionario%20Seguranca%20Defesa.pdf?sequence=-1). Acesso em: 03 jul. 2023.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. **Uma leitura sobre Clausewitz, Lenin, a revolução e a guerra.** Revista Outubro (São Paulo), v. 20, p. 149-169, 2012. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-20-Artigo-07.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2025.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. **Clausewitz e a política: uma leitura de ‘Da Guerra’.** 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-02122008-161644/pt-br.php>. Acesso em: 02 fev. 2025.

RANZAN, Mateus Campos. **“Certamente Venceremos o Governo”: a atuação do Partido Comunista da Índia (Maoísta) por meio de seus boletins de informação (2007 – 2010).** Dissertação (Mestrado), UFRGS, Porto Alegre. 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131628/000977621.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 jul. 2023.

RAWAT, Naman. **Naxalite Insurgency in India and Need for Holistic Counter Responses.** Counter Terrorist Trends and Analyses, vol. 11, n. 5. 2019, p. 13-19. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/26631541>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **A Política Armada: Fundamentos da Guerra Revolucionária.** São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **Considerações sobre a teoria de guerra revolucionária de Mao Tsé-tung.** Crítica Marxista, São Paulo, v.1, n.4, 1997a, p.162-177. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/4\\_Saint\\_Pierre.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/4_Saint_Pierre.pdf). Acesso em: 03 ago. 2023.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **Guerra e Guerra Revolucionária.** Revista de Sociologia e Política, nº 8. 1997b. p. 31-41. Disponível em: <https://revistas.ufspr.br/rsp/article/view/39317/24136>. Acesso em: 03 ago. 2023.

SCHMITT, Carl. **Teoria do Partisan.** In: SCHMITT, Carl. O Conceito do Político / Teoria do Partisan. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. Cap. 2, p. 143-243. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2013/08/o-conceito-do-polc3aditico.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2023.

SHARMA, Surinder K.; BEHERA, Anshuman. **Militant Groups in South Asia.** New Delhi: Institute for Defence Studies and Analyses, 2014. Disponível em: [https://idsa.in/system/files/book/book\\_militantgroups.pdf](https://idsa.in/system/files/book/book_militantgroups.pdf). Acesso em: 03 jul. 2023.

SINGH, Manmohan. **PM's speech at the Chief Minister's meet on Naxalism.** In: GOVERNMENT OF INDIA. Former Prime Minister of India Dr. Manmohan Singh. Speeches. 2006. Disponível em:

<https://archivepmo.nic.in/drmanmohansingh/speech-details.php?nodeid=302>. Acesso em: 03 jul. 2023.

SOUTH ASIA TERRORISM PORTAL. **Datasheet - Maoist Insurgency: Yearly fatalities.** 2025. Disponível em:

<https://www.satp.org/datasheet-terrorist-attack/fatalities/india-maoistinsurgency>. Acesso em: 14 fev. 2025.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história.** São Paulo: Editora Contexto. 2009

WEBER, Max. **A Política Como Vocaçao.** In: WEBER, Max. Ciência e Política: Duas Vocações. São Paulo: Ed. Martin Claret. 2015. p. 61-140.

**Recebido em 20 de fevereiro de 2025.**

**Aceito para publicação em 06 de março de 2025.**